

PROCESSO - A. I. Nº 233038.0008/16-7
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - NESTLÉ BRASIL LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 4º JJF nº 0098-04/17
ORIGEM - IFEP – DAT/NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 21/09/2017

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.J.F. Nº 0326-12/17

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO EM VALOR SUPERIOR AO AUTORIZADO ATRAVÉS DE PROCESSO DE PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. FALTA DE ESTORNO QUANDO REGULARMENTE INTIMADO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Restou comprovado nos autos a total insubsistência da acusação, tendo em vista que não se verificou o aludido creditamento irregular ou a maior. Fato reconhecido pelo autuante. Não compete a este órgão julgador administrativo o exame dos argumentos relacionados a multa aplicada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício interposto pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, I, “a”, item 1, do RPAF/99, com vistas ao reexame da Decisão proferida nos autos do presente PAF que julgou improcedente a exigência fiscal.

O Auto de Infração em referência foi lavrado para exigir crédito tributário na ordem de R\$834.437,60, em razão da seguinte infração:

Infração 1 - Utilizou crédito fiscal de ICMS a maior que o autorizado em processo de restituição”.

Na descrição dos fatos, o autuante fez consignar que o Sujeito Passivo “Deixou de estornar o valor de R\$834.437,60, referente ao lançamento a maior no pedido de restituição do ICMS, processo 220.802/2013-3, lançado em janeiro de 2014 na escrita fiscal, tendo sido intimado a estornar o referido valor em 17/12/2015 e não cumprida a obrigação por parte do contribuinte”.

A Junta de Julgamento Fiscal decidiu da seguinte forma:

VOTO

A acusação que pesa contra o autuado nos presentes autos relaciona-se a utilização de crédito fiscal em valor superior ao autorizado pela SEFAZ através de processo de pedido de restituição nº 220.802/2013-3, decorrente de crédito presumido de 16,667% incidente sobre operações de vendas de mercadorias amparadas por Termo de Acordo – Dec. 7799/2000, firmado com a Fazenda Estadual.

*De acordo com o Parecer Tributário nº 0704/2015 da IFEP Norte, fls. 51 e 52, se constata que o autuado, com base no Art. 315 do RICMS/BA, dirigiu à SEFAZ **comunicação de utilização de crédito extemporâneo no valor de R\$34.085.882,24**, sendo que o processo foi convertido em diligência, cujo auditor fiscal que a executou, após as devidas verificações, apurou que o autuado fazia jus ao crédito no montante de R\$33.251.444,64, tendo, desta maneira, considerado que o autuado utilizou um crédito a maior que o autorizado no valor de R\$834.437,60, valor este que resultou na autuação.*

Ao se insurgir contra o lançamento, o autuado sustenta que não efetuou o lançamento do crédito extemporâneo no valor de R\$34.085.882,24 indicado na comunicação anterior e, sim, em valor inferior, ou seja, R\$30.931.682,24, no mês de janeiro de 2014, apresentando como elemento de prova cópia do seu livro RAICMS, fls. 53 a 55.

Efetuada as verificações pertinentes pelo autuante, este, em sua Informação Fiscal, confirma o argumento defensivo e declara que “sou favorável, pelo princípio da veracidade dos fatos, aceitar a argumentação do autuado em desconsiderar o lançamento efetuado no presente Auto de Infração”.

Isto posto, com base nos fatos acima delineados e, sobretudo, no posicionamento do autuante que acolheu os

argumentos defensivos, voto pela Improcedência do presente Auto de Infração.

Por fim, observo que não se incluiu na competência deste órgão julgador administrativo o exame de questões de ordem constitucional e, tendo em vista a improcedência do lançamento desnecessário se torna qualquer comentário acerca da multa aplicada.

Deverá ser atendido pelo Setor de Intimação deste CONSEF o pedido para encaminhamento das intimações relativas ao presente Auto de Infração para o endereço indicado à fl. 22 destes autos.

Em razão da sucumbência imposta à Fazenda Pública, os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal recorreram de ofício.

VOTO

O presente Recurso de Ofício foi interposto contra Decisão que julgou Improcedente o Auto de Infração em epígrafe, que exige ICMS no valor de R\$834.437,60, em decorrência da utilização indevida de crédito fiscal referente ao lançamento a maior no pedido de restituição de ICMS.

Analisando a Decisão de piso verifico que está lastreada na constatação de ser o crédito tributário objeto do lançamento fiscal indiscutivelmente indevido, tendo em vista que o autuado comprovou que efetuou a menos o valor do crédito extemporâneo autorizado, objeto da Autuação, conforme atesta o livro de apuração de ICMS, o qual foi confirmado pelo próprio autuante.

É de se notar que esse fato foi reconhecido pelo autuante na sua posterior informação fiscal que inclusive declarou: *“sou favorável, pelo princípio da veracidade dos fatos, aceitar a argumentação do autuado em desconsiderar o lançamento efetuado no presente Auto de Infração”*.

Tratando-se de matéria fática e verificado que as necessárias comprovações foram trazidas aos autos e devidamente acolhidas pelo autuante e pela Junta de Julgamento Fiscal, não há que se fazer qualquer alteração no julgado de piso, sendo absolutamente improcedente a autuação em apreço.

Em vista do exposto, alinhado à Decisão de piso, porque é correta e justa, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **233038.0008/16-7**, lavrado contra **NESTLÉ BRASIL LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 01 de setembro de 2017.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE

WASHINGTON JOSÉ SILVA - RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS